



Fórum Empresarial de Inovação e Desenvolvimento do Acre

Estudo ECONÔMICO

Empregos Formais *versus* Bolsa Família A vulnerabilidade da Economia Acreana



Empregos Formais *versus* Bolsa Família: A Vulnerabilidade da Economia Acreana

Autor: Dr. Rubicleis G. Silva

Setembro 2025

Conteúdo

1	UMA BREVE INTRODUÇÃO	3
2	METODOLOGIA	4
2.1	Índice de Vulnerabilidade Municipal	4
2.2	Hiato Sociolaboral (HS)	5
2.3	Variáveis e fonte de dados	6
3	RESULTADOS E DISCUSSÕES	6
3.1	A vulnerabilidade dos municípios acreanos	6
3.2	O que o Hiato Sociolaboral nos mostra?	11
4	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	12
4.1	Considerações finais	12
4.2	Recomendações	13
4.3	Desenvolvimento Econômico Regional	13
4.3.1	Criação de Arranjos Produtivos Locais (APLs)	13
4.3.2	Programa de Incentivos Fiscais Regionalizados	14
4.3.3	Fundo de Desenvolvimento do Vale do Juruá	14
4.4	Infraestrutura e Conectividade	14
4.4.1	Melhoria da Infraestrutura de Transportes	14
4.5	Políticas de Monitoramento e Avaliação: Sistema de Acompanhamento	15
4.5.1	Observatório da Vulnerabilidade Acreana	15
4.5.2	Metas Municipais	15
4.6	Governança Regional	15
4.6.1	Consórcios Intermunicipais	15
4.6.2	Geração de Emprego:	15

Lista de Figuras

1	Índice de vulnerabilidade municipal para os municípios acreanos de 2022 a 2024	10
---	--	----

Lista de Tabelas

1	Classificação da Vulnerabilidade Municipal segundo o IVM	5
2	Índice de Vulnerabilidade Municipal (IVM) por Unidade Geográfica no Acre de 2022 a 2024	8
3	Hiato Sociolaboral nos municípios do Acre (2022-2024)	12

1 UMA BREVE INTRODUÇÃO

A fragilidade socioeconômica das áreas amazônicas constitui um dos maiores obstáculos para o desenvolvimento econômico regional, evidenciando-se por meio de fatores que mostram a fragilidade das bases produtivas na região e a contínua necessidade de apoio governamental. No Acre, essa situação apresenta aspectos especialmente alarmantes, já que a junção do baixo dinamismo econômico, da pouca diversificação produtiva e problemas estruturais gera um quadro de grande vulnerabilidade social e econômica nos municípios.

O estudo da conexão entre aqueles que recebem benefícios de programas de transferência de renda e os trabalhadores com empregos formais surge como um elemento essencial para entender as dinâmicas socioeconômicas dos municípios acreanos e para direcionar estratégias de desenvolvimento regional que sejam mais eficazes.

O Programa Bolsa Família é a principal iniciativa de transferência de renda no Brasil, exerce uma função vital na redução da pobreza severa e na promoção da segurança alimentar para inúmeras famílias brasileiras. No entanto, quando a quantidade de pessoas que recebem benefícios ultrapassa consideravelmente a de trabalhadores registrados em uma área específica, essa situação pode indicar restrições estruturais na dinâmica da economia local para geração empregos.

Nos municípios acreanos, essa desigualdade atinge proporções preocupantes **com certas áreas registrando mais de 40 beneficiários do programa para cada empregado formal**, demonstrando uma economia local altamente dependente de recursos públicos e com limitada habilidade de geração de produção. A continuidade de altos níveis de vulnerabilidade econômica nas cidades acreanas evidencia a ineficácia das abordagens convencionais de desenvolvimento, que muitas vezes ignoram as particularidades regionais e as restrições estruturais da região.

Cidades como Marechal Thaumaturgo, Jordão e Santa Rosa do Purus mostram dados que evidenciam não só a falta de opções de emprego formal, mas também a continuidade de períodos de dependência de assistência que afetam a independência econômica da região. Essa situação exige um entendimento mais detalhado dos elementos que determinam a vulnerabilidade nos municípios, além da criação de ferramentas analíticas que possam direcionar ações públicas de maneira mais precisa e eficaz.

A desproporção entre a participação produtiva formal e a dependência de políticas sociais nas áreas do Acre não é apenas uma questão numérica, mas um desafio estrutural que afeta as oportunidades de desenvolvimento sustentável e as condições de vida das comunidades locais. A localidade da vulnerabilidade, claramente perceptível na mesorregião do Vale do Juruá, ressalta a importância de estratégias adaptadas que levem em conta as características geográficas, culturais e econômicas de cada área. A falta de diagnósticos claros a respeito dessa fragilidade restringe a habili-

dade do governo de criar políticas que atendam às demandas locais, mantendo ineficiências na distribuição de recursos e na execução de planos de desenvolvimento. Nesse contexto, é crucial realizar pesquisas que consigam reconhecer a vulnerabilidade econômica nos municípios, levando em conta a conexão entre os beneficiários do programa Bolsa Família e o número de empregos formais nas cidades do Acre.

É essencial entender de que maneira a interação entre os beneficiários do Programa Bolsa Família e os trabalhadores com contratos formais evidencia padrões de fragilidade socioeconômica nas cidades do Acre, apontando áreas prioritárias para ações de políticas públicas e auxiliando na criação de estratégias de desenvolvimento que sejam mais eficazes e adequadas ao território. Este estudo visa, principalmente, desenvolver e implementar o Índice de Vulnerabilidade Municipal (IVM) e o Hiato Sociolaboral (HS) como ferramentas de análise para avaliar a vulnerabilidade econômica nos 22 municípios acreanos entre 2022 e 2024, detectando padrões espaciais e temporais.

Especificamente, pretende-se: (i) criar um indicador que mostre a relação entre os beneficiários do Bolsa Família e os trabalhadores formalizados, possibilitando a classificação dos municípios conforme diferentes graus de vulnerabilidade e (ii) examinar o Hiato Sociolaboral como uma medida adicional que demonstra a desconexão entre a inserção no mercado de trabalho formal e a dependência de políticas sociais.

2 METODOLOGIA

2.1 Índice de Vulnerabilidade Municipal

Para mensurar a relação entre dependência de programas de transferência de renda e a disponibilidade de empregos formais nos municípios do Acre, foi desenvolvido o Índice de Vulnerabilidade Municipal (IVM). **Este indicador expressa quantos beneficiários do Programa Bolsa Família existem para cada trabalhador empregado formalmente (CLT) em determinado município, permitindo identificar territórios com maior pressão sobre o mercado de trabalho formal e, conseqüentemente, maior dependência de políticas de assistência social. O índice é calculado anualmente para o período de 2022 a 2024, possibilitando análises longitudinais da evolução da vulnerabilidade socioeconômica municipal.**

$$IVM_{i,t} = \frac{BF_{i,t}}{CLT_{i,t}} \quad (1)$$

onde $IVM_{i,t}$ representa o Índice de Vulnerabilidade Municipal do município i no ano t ; $BF_{i,t}$ é o número de beneficiários do Programa Bolsa Família no município i no ano t ; $CLT_{i,t}$ corresponde ao número de trabalhadores empregados formalmente no município i no ano t ; e $t \in \{2022, 2023, 2024\}$.

A classificação da vulnerabilidade municipal foi estabelecida em cinco categorias, considerando a distribuição empírica dos valores observados nos 22 municípios acrianos durante o triênio analisado conforme a tabela 1. Municípios com IVM inferior a 1,0 são classificados como de vulnerabilidade muito baixa, indicando que há mais empregos formais do que beneficiários do Bolsa Família. A vulnerabilidade baixa ($1,0 \leq IVM < 3,0$) caracteriza municípios com relativo equilíbrio entre formalização e dependência assistencial. A categoria média ($3,0 \leq IVM < 10,0$) abrange territórios onde a pressão sobre o mercado formal é moderada, enquanto a vulnerabilidade alta ($10,0 \leq IVM < 30,0$) identifica municípios com significativa dependência de transferências de renda. Por fim, a vulnerabilidade muito alta ($IVM \geq 30,0$) caracteriza territórios onde a escassez de empregos formais resulta em elevada dependência de programas sociais, com mais de 30 beneficiários do Bolsa Família para cada trabalhador formal.

Tabela 1: Classificação da Vulnerabilidade Municipal segundo o IVM

Classificação da Vulnerabilidade	Intervalo do IVM
Muito Baixa	$IVM_{i,t} < 1,0$
Baixa	$1,0 \leq IVM_{i,t} < 3,0$
Média	$3,0 \leq IVM_{i,t} < 10,0$
Alta	$10,0 \leq IVM_{i,t} < 30,0$
Muito Alta	$IVM_{i,t} \geq 30,0$

Elaborado pelo autor

2.2 Hiato Sociolaboral (HS)

O Hiato Sociolaboral é uma medida desenvolvida para avaliar o descompasso entre inserção produtiva formal e dependência de políticas sociais em **cada município i do Acre**. Esse indicador expressa a diferença, em pontos percentuais, entre a proporção de indivíduos beneficiados pelo programa Bolsa Família e a proporção de pessoas empregadas formalmente sob o regime CLT, ambas calculadas em relação ao total da população municipal. Dessa forma, o Hiato Sociolaboral revela municípios em que a dependência de transferências de renda supera, ou é superada, pela formalização do trabalho, servindo como instrumento analítico para a formulação de políticas públicas de desenvolvimento social e econômico.

A fórmula matemática do Hiato Sociolaboral (HS) para o município i é dada por:

$$HS_i = \left(\frac{\text{N}^\circ \text{ de BBFA}_i}{\text{População total}_i} \times 100 \right) - \left(\frac{\text{N}^\circ \text{ de (EFCLT)}_i}{\text{População total}_i} \times 100 \right)$$

Ou, de forma simplificada:

$$\text{Hiato Sociolaboral}_i = \text{PBBFA}_i - \text{PCLT}_i \quad (2)$$

em que:

- PBBFA_i = Proporção (%) de beneficiários do Bolsa Família no município i
- PCLT_i = Proporção (%) de empregados formais (EFCLT) no município i

2.3 Variáveis e fonte de dados

Para elaboração dos índices construídos nesse trabalho, foram utilizados as seguintes variáveis e fonte de dados:

- **Variável 01:** Quantidade de beneficiários do programa bolsa família nos municípios acreanos nos anos de 2022 a 2024. **Fonte de dados:** <https://ipeadata.gov.br/Default.aspx>;
- **Variável 02:** Quantidade de trabalhadores no regime CLT nos municípios do estado do Acre nos anos de 2022 a 2024. **Fonte de dados:** <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/estatisticas-trabalho/rais/rais-2024>
- **Variável 03:** População residente nos municípios acreanos nos anos de 2022 a 2024 **Fonte de dados:** <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4709>
- **Variável 04:** Taxa de crescimento populacional nos municípios do estado do Acre **Fonte de dados:** <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4709>

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 A vulnerabilidade dos municípios acreanos

A análise do Índice de Vulnerabilidade Municipal (IVM) no estado do Acre, apresentada na tabela 2, revela uma trajetória positiva de redução da vulnerabilidade social no período de 2022 a 2024. O IVM estadual apresentou uma diminuição consistente, passando de 1,31 em 2022 para 1,19 em 2024, representando uma redução de aproximadamente 9,2%. Para compreender melhor essa dinâmica, em 2022, o estado registrava 131 beneficiários do Programa Bolsa Família para cada 100 trabalhadores com carteira assinada, relação que melhorou para 119 beneficiários por 100 empregados formais em 2024.

Esta melhoria indica que a relação entre beneficiários do Programa Bolsa Família e empregos formais (CLT) vem se tornando mais equilibrada, sugerindo um fortalecimento do mercado de trabalho formal ou uma redução da dependência de programas assistenciais.

Quando analisamos as mesorregiões, observa-se que o Vale do Acre apresenta uma situação significativamente mais favorável que o Vale do Juruá. O Vale do Acre registrou IVM de 0,98 em 2024, mantendo uma tendência decrescente ao longo do período analisado (1,10 em 2022). Em contraste, o Vale do Juruá, embora tenha apresentado melhoria entre 2022 e 2023 (de 3,01 para 2,78), registrou um ligeiro aumento em 2024 (2,98), indicando maior instabilidade socioeconômica nesta região.

No Vale do Acre, a microrregião de Rio Branco destaca-se como a menos vulnerável, com IVM de apenas 0,82 em 2024, reflexo da concentração de oportunidades de emprego formal em Rio Branco. A capital Rio Branco apresenta o menor índice entre todos os municípios analisados (0,60¹ em 2024), confirmando sua posição como principal centro econômico do estado. Por outro lado, a microrregião de Brasileira, apesar de apresentar melhoria contínua (de 2,63 para 2,05), ainda mantém níveis de vulnerabilidade superiores à média estadual.

A microrregião de Sena Madureira apresenta a situação mais preocupante dentro do Vale do Acre, com IVM de 12,63 em 2024, praticamente estagnado durante o período. Este cenário é dramaticamente influenciado pelo município de **Santa Rosa do Purus, que registra o maior índice de vulnerabilidade do estado em 2024, com impressionantes 45,27 em 2024**, ou seja, para cada 1 trabalhador com carteira assinada, tem-se 45 inscrito no bolsa família. Tem-se uma situação de extrema dependência de programas assistenciais em relação aos empregos formais disponíveis.

No Vale do Juruá, a dinâmica das microrregiões revela cenários contrastantes. A microrregião de Cruzeiro do Sul apresentou melhoria gradual, reduzindo seu IVM de 3,13 em 2022 para 2,96 em 2024. Entretanto, a microrregião de Tarauacá experimentou uma deterioração significativa, com o índice saltando de 6,61 em 2022 para 9,35 em 2024, representando um aumento de mais de 40% na vulnerabilidade.

Os municípios mais vulneráveis do estado merecem atenção especial. Marechal Thaumaturgo, apesar de apresentar melhoria substancial (de 49,25 para 30,77), ainda mantém o segundo maior IVM do estado. Santa Rosa do Purus permanece como o município mais vulnerável, com índice crescente ao longo do período. Jordão, embora tenha reduzido significativamente sua vulnerabilidade (de 45,70 para 36,18), ainda figura entre os mais críticos. Estes municípios caracterizam-se por economias pouco diversificadas e limitadas oportunidades de emprego formal.

Um aspecto preocupante observado na Tabela 2 é o comportamento divergente de alguns municípios. Enquanto a maioria apresenta tendência de melhoria, Feijó registrou deterioração dramática, com IVM saltando de 4,10 em 2022 para 13,81 em 2024. Rodri-

¹Para cada 100 empregados com carteira assinada, tem-se 60 beneficiários do bolsa família

gues Alves também apresentou piora significativa, passando de 5,02 para 19,87 no mesmo período. Estes casos sugerem possíveis choques econômicos locais ou mudanças estruturais que merecem investigação mais aprofundada.

Em síntese, embora o estado do Acre apresente uma trajetória geral de melhoria no IVM, persistem disparidades regionais significativas. O Vale do Acre, especialmente a região de Rio Branco, demonstra maior dinamismo econômico e menores níveis de vulnerabilidade. Por outro lado, municípios do interior, particularmente aqueles mais distantes dos centros urbanos principais, ainda enfrentam desafios substanciais na geração de empregos formais, mantendo alta dependência de programas de transferência de renda. Esta análise evidencia a necessidade de políticas públicas diferenciadas que considerem as especificidades regionais para promover um desenvolvimento mais equilibrado no estado.

Tabela 2: Índice de Vulnerabilidade Municipal (IVM) por Unidade Geográfica no Acre de 2022 a 2024

Unidade Geográfica	2022	2023	2024
Estado	1,31	1,22	1,19
Vale do Acre (Mesorregião)	1,10	1,03	0,98
Brasileia	2,63	2,29	2,05
Assis Brasil	10,24	10,12	9,20
Brasileia	2,33	2,02	1,72
Epitaciolândia	1,80	1,43	1,29
Xapuri	3,34	3,37	3,15
Rio Branco	0,92	0,86	0,82
Acrelândia	3,58	3,58	3,01
Bujari	1,11	1,36	1,27
Capixaba	6,73	6,48	6,04
Plácido de Castro	1,16	1,16	1,02
Porto Acre	7,35	5,98	5,72
Rio Branco	0,65	0,62	0,60
Sena Madureira	4,01	3,79	3,49
Senador Guiomard	2,08	1,52	1,20
Sena Madureira	13,10	12,57	12,63
Sena Madureira	13,10	12,57	12,63
Santa Rosa do Purus	43,62	44,82	45,27
Manoel Urbano	9,66	9,06	9,52
Vale do Juruá (Mesorregião)	3,01	2,78	2,98
Tarauacá	6,61	5,33	9,35
Feijó	4,10	4,13	13,81
Jordão	45,70	45,36	36,18
Tarauacá	8,31	5,40	6,97
Cruzeiro do Sul	3,13	3,20	2,96
Cruzeiro do Sul	1,82	1,78	1,67
Mâncio Lima	13,26	13,68	11,92
Marechal Thaumaturgo	49,25	41,65	30,77
Porto Walter	31,86	39,14	35,69
Rodrigues Alves	5,02	10,78	19,87

Fonte: Resultados da pesquisa

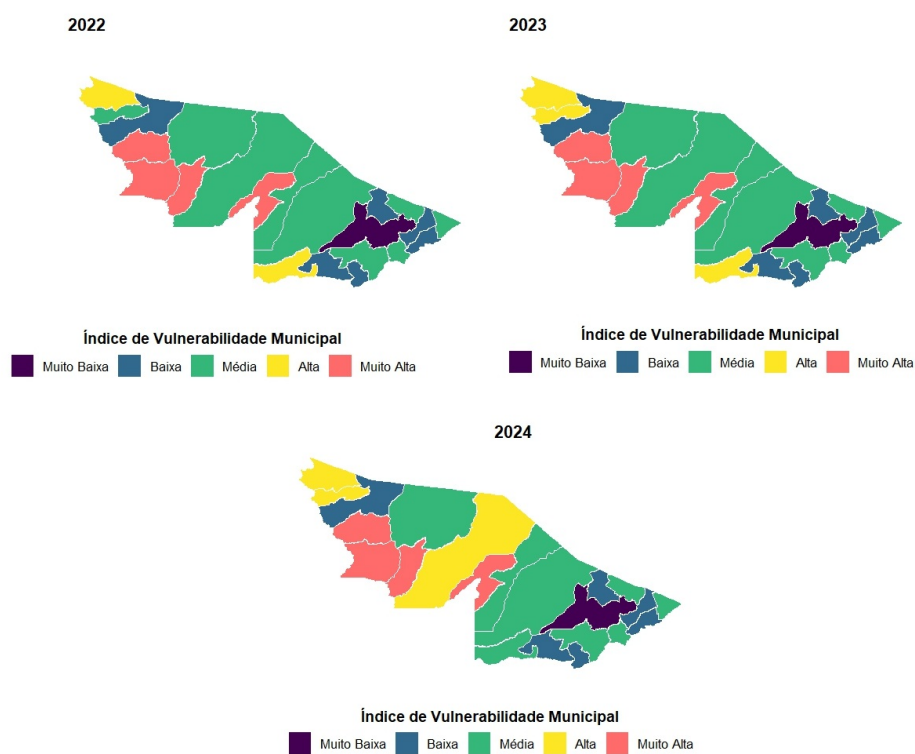
A análise temporal dos dados revela que, embora alguns municípios tenham apresentado ligeiras melhorias nos índices, a estrutura geral de vulnerabilidade permanece inalterada, com os territórios de maior IVM mantendo posições similares ao longo do período.

A figura 1 apresenta de forma espacial a distribuição do IVM no território acreano e fornece subsídios para identificar os padrões geográficos de concentração da vulnerabilidade econômica, evidenciando clusters de municípios com características similares e permitindo uma visualização clara das disparidades regionais. Essa persistência indica que os fatores determinantes da vulnerabilidade econômica são de natureza estrutural, relacionados a limitações de infraestrutura, capital humano, acesso a mercados e diversificação produtiva.

Nesse contexto, a redução sustentável dos índices de vulnerabilidade requer investimentos coordenados em educação, infraestrutura, tecnologia e apoio ao desenvolvimento de atividades econômicas com maior capacidade de geração de emprego e renda, especialmente nos municípios que apresentam os maiores desafios socioeconômicos.

Os resultados obtidos demonstram que o IVM constitui um instrumento valioso para identificar territórios prioritários para intervenções de política pública, evidenciando a necessidade de estratégias diferenciadas que considerem as especificidades locais e promovam o desenvolvimento de capacidades endógenas. **A elevada concentração de municípios com alta vulnerabilidade na mesorregião do Vale do Juruá sinaliza a urgência de políticas regionais integradas que abordem os gargalos estruturais e promovam a criação de oportunidades econômicas sustentáveis, contribuindo para a redução gradual da dependência de programas assistenciais e o fortalecimento da autonomia econômica local.**

Figura 1: Índice de vulnerabilidade municipal para os municípios acreanos de 2022 a 2024



Fonte: Resultados da pesquisa

3.2 O que o Hiato Sociolaboral nos mostra?

Com base nos dados presentes na tabela 3, observa-se uma significativa heterogeneidade no Hiato Sociolaboral entre os municípios acreanos no período de 2022 a 2024. Os valores variam desde hiatos negativos, como em Rio Branco (-6,47 a -8,01 pontos percentuais), até valores expressivamente elevados, como em Marechal Thaumaturgo e Porto Acre (ambos superiores a 20 pontos percentuais).

Essa amplitude revela realidades socioeconômicas bastante distintas dentro do estado, evidenciando diferentes graus de dependência de políticas de transferência de renda em relação à inserção no mercado formal de trabalho.

Os municípios com hiatos mais elevados, como Marechal Thaumaturgo (23,43 a 20,61), Porto Acre (23,41 a 20,34), Mâncio Lima (20,39 a 20,57) e Rodrigues Alves (17,48 a 19,97), apresentam um cenário onde a proporção de beneficiários do Bolsa Família supera significativamente a de empregados formais. Esses dados sugerem estruturas econômicas locais com limitada capacidade de geração de empregos formais, alta vulnerabilidade social ou dependência de atividades econômicas informais. Particularmente preocupante é o caso de Rodrigues Alves, que apresentou tendência de crescimento do hiato ao longo do período analisado.

Em contraste, alguns municípios demonstram cenários mais favoráveis quanto à formalização do trabalho. Rio Branco destaca-se com hiato negativo crescente (-6,47 para -8,01), indicando que a proporção de empregados formais supera consistentemente a de beneficiários do Bolsa Família, o que está com seu dinamismo econômico e concentração de atividades produtivas diversificadas.

Municípios como **Bujari (1,38 a 3,02), Plácido de Castro (1,89 a 0,33) e Eptaciolândia (6,38 a 3,03)** também apresentam hiatos relativamente baixos, sugerindo melhor equilíbrio entre emprego formal e dependência de transferências sociais.

A análise temporal revela tendências importantes para a formulação de políticas públicas. Enquanto alguns municípios como Brasiléia (10,85 para 7,41), Senador Guiomard (11,07 para 2,65) e Eptaciolândia (6,38 para 3,03) apresentaram redução consistente do hiato, indicando possíveis avanços na formalização do trabalho, outros como Feijó (11,83 para 14,97) e Porto Walter (16,96 para 18,57) mostraram deterioração do indicador. Essa heterogeneidade temporal reforça a necessidade de estratégias de desenvolvimento regionalizadas, que considerem as especificidades locais e promovam tanto a geração de empregos formais quanto a redução gradual da dependência de políticas assistenciais, respeitando as diferentes capacidades e potencialidades de cada município.

Tabela 3: Hiato Sociolaboral nos municípios do Acre (2022-2024)

Municípios	2022	2023	2024
Acrelândia	12,10	12,02	10,72
Assis Brasil	19,27	19,02	19,10
Brasiléia	10,85	9,35	7,41
Bujari	1,38	3,89	3,02
Capixaba	16,82	16,27	15,42
Cruzeiro do Sul	6,76	6,57	6,32
Epitaciolândia	6,38	4,28	3,03
Feijó	11,83	12,29	14,97
Jordão	17,94	18,24	18,03
Mâncio Lima	20,39	20,74	20,57
Manoel Urbano	18,56	16,69	18,13
Marechal Thaumaturgo	23,43	22,25	20,61
Plácido de Castro	1,89	2,05	0,33
Porto Acre	23,41	21,40	20,34
Porto Walter	16,96	17,88	18,57
Rio Branco	-6,47	-7,40	-8,01
Rodrigues Alves	17,48	19,19	19,97
Santa Rosa do Purus	18,38	17,71	16,12
Sena Madureira	17,04	16,20	15,93
Senador Guimard	11,07	6,31	2,65
Tarauacá	19,21	16,33	17,99

Fonte: Resultado da pesquisa

4 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

4.1 Considerações finais

Os resultados deste trabalho mostram uma **situação alarmante de grande vulnerabilidade econômica e social nas cidades do Acre**, marcada por uma considerável desigualdade entre os participantes do Programa Bolsa Família e os empregados com carteira assinada.

A **avaliação do Índice de Vulnerabilidade Municipal (IVM)** mostrou que localidades como **Marechal Thaumaturgo, Jordão, Santa Rosa do Purus e Porto Walter** possuem índices acima de 30, o que significa que há mais de 30 **beneficiários do programa social para cada empregado formal**, caracterizando uma condição de alta dependência de políticas de assistência e uma capacidade muito restrita para a criação de empregos no setor formal.

O Hiato Sociolaboral (HS) enriquece essa avaliação ao mostrar que, em várias regiões, a quantidade de pessoas que recebem benefícios de transferência de renda ultrapassa em mais de 20 pontos percentuais a de funcionários formalmente empregados, ressaltando economias locais que não conseguem integrar de forma eficaz a mão de obra disponível e continuam a sustentar ciclos de pobreza e vulnerabilidade social.

A localização da vulnerabilidade na mesorregião do Vale do Juruá, unida à continuidade dos altos índices durante o período de 2022 a 2024, revela que os elementos que causam essa fragilidade socioeconômica são de caráter estrutural, ligados ao afastamento geográfico, à escassa diversificação na produção, às carências em infraestrutura e à fraca capacidade de agregar valor às atividades econômicas da região.

Esta situação exige com urgência a adoção de políticas públicas que sejam integradas e adaptadas ao território, levando em conta as particularidades de cada região e favorecendo, ao mesmo tempo, o desenvolvimento das capacidades produtivas locais, a melhoria das estruturas de conectividade e a geração de vagas de emprego e renda, que possam, aos poucos, diminuir a necessidade de programas assistenciais.

A criação de ferramentas analíticas como o IVM e o HS representa, assim, uma contribuição essencial para a alocação mais eficiente de recursos governamentais e para a elaboração de planos de desenvolvimento regional que visem ao crescimento sustentável e à redução da vulnerabilidade socioeconômica, que afeta uma parte considerável da área do Acre.

4.2 Recomendações

Esta subseção elencar um conjunto de sugestões que podem ser avaliadas pelos agentes públicos e privados objetivando a redução da vulnerabilidade socioeconômica dos municípios acreanos. Em um período pré-eleitoral é *mister* que os pretendentes ao Governo do Estado do Acre, possuam informações relevantes para a elaboração de políticas públicas de desenvolvimento.

4.3 Desenvolvimento Econômico Regional

4.3.1 Criação de Arranjos Produtivos Locais (APLs)

A implementação de APLs na região do Vale do Juruá deve focar em atividades com potencial endógeno, aproveitando as vocações naturais da região. Propõe-se o desenvolvimento de três eixos principais:

- **Extrativismo sustentável:** Organização de cadeias produtivas de produtos regionais com potencial de inserção no mercado local/regional/nacional e internacional;
- **Agroindústria familiar:** Processamento de produtos agrícolas regionais com tecnologias apropriadas; e,

- **Ecoturismo:** Aproveitamento do patrimônio natural e cultural para geração de renda e emprego.

4.3.2 Programa de Incentivos Fiscais Regionalizados

Estabelecimento de incentivos diferenciados para empresas que se instalem nos municípios de alta vulnerabilidade ($IVM \geq 30,0$), incluindo:

- Redução de 50% do ICMS por 10 anos para empresas que contratem pelo menos 70% da mão de obra local;
- Isenção de taxas municipais para empreendimentos que demonstrem viabilidade de geração de emprego formal; e,
- Acesso facilitado ao crédito através de fundos garantidores estaduais.

4.3.3 Fundo de Desenvolvimento do Vale do Juruá

Criação de fundo específico com recursos de:

- 2% da arrecadação estadual;
- Recursos federais de compensação ambiental; e,
- Parcerias internacionais para desenvolvimento sustentável.

4.4 Infraestrutura e Conectividade

4.4.1 Melhoria da Infraestrutura de Transportes

Para reduzir o isolamento geográfico dos municípios com maior vulnerabilidade:

- **Programa de Estradas Vicinais:** Manutenção permanente de 500 km de estradas rurais prioritárias;
- **Transporte Fluvial:** Modernização da frota e infraestrutura portuária nos rios Juruá e Purus; e,
- **Conectividade Aérea:** Subsídio para linhas aéreas regionais conectando os municípios isolados.

4.5 Políticas de Monitoramento e Avaliação: Sistema de Acompanhamento

4.5.1 Observatório da Vulnerabilidade Acreana

Criação de sistema de monitoramento com:

- Atualização trimestral dos indicadores IVM e HS;
- Painel de indicadores online com acesso público;
- Relatórios semestrais de avaliação das políticas; e,
- Sistema de alertas para municípios em situação crítica.

4.5.2 Metas Municipais

Estabelecimento de metas anuais de redução dos indicadores:

$$\text{Meta IVM}_{i,t+1} = \text{IVM}_{i,t} - 0,1 \times \text{IVM}_{i,t} \quad (3)$$

$$\text{Meta HS}_{i,t+1} = \text{HS}_{i,t} - 0,05 \times \text{HS}_{i,t} \quad (4)$$

4.6 Governança Regional

4.6.1 Consórcios Intermunicipais

Organização de consórcios por microrregião para:

- Compras conjuntas de equipamentos e insumos;
- Compartilhamento de recursos técnicos;
- Desenvolvimento de projetos regionais; e,
- Captação conjunta de recursos.

4.6.2 Geração de Emprego:

- Programa Acre Formal; e,
- Qualificação profissional voltada aos setores dinâmicos da economia.